

O “dever de violência”, ou a constituição de espaços de exercício de cidadania?

Ainda que não seja diretamente relevante, a violência pós-eleitoral em Moçambique traz à memória algumas descrições gráficas de violência contidas no extraordinário romance de 1968, “O dever de violência”, de autoria do escritor maliano, Yambo Ouologuem. A fulminante narrativa do romance que vai para além do relato dum reino africano fictício, guia a atenção de quem o lê, não para os detalhes que compõem o percurso histórico, mas para a responsabilidade africana no seu próprio devir e, talvez mais doloroso, para a questão de saber se é possível demarcar a ignomínia da colonização do papel cúmplice e por vezes activo dos próprios africanos.

Moçambique ganhou a sua independência através de uma luta armada protagonizada pela Frente de Libertação de Moçambique, movimento que se transformou em partido político após a independência, e tem dirigido os destinos do país sem interrupção. Passou por uma guerra civil com o envolvimento dos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul que terminou em 1992 com a assinatura dum Acordo de Paz em Roma e a abertura do sistema político. Moçambique

Elísio Macamo

sociólogo, docente,
Universidade de Basileia,
Suíça

passou do sistema de partido único sob a liderança do partido de vanguarda, a Frelimo, para um regime multipartidário. As últimas eleições foram as quintas desde que foram realizadas, pela primeira vez e em 1994, eleições gerais. Todas elas foram ganhas pela Frelimo e todas elas foram controversas por causa de alegações de fraude pelos partidos da oposição.

Quando ainda em vida o líder guerrilheiro da Renamo, Afonso Dhlakama, houve vários momentos de violência contra o Estado protagonizada pelos seus homens armados. Todos estes momentos terminaram em acordos que incluíram a revisão da lei eleitoral. E mesmo assim, a oposição continuou a perder – ou como ela própria diria, a “perder” – as eleições. É um facto que as eleições têm registado irregularidades e ilícitos protagonizados, diga-se, por todos os partidos. É também um facto que o poder da Frelimo sobre os órgãos eleitorais e judiciais é

real para além de que ela goza do controlo do Estado, cujos recursos ela não tem nenhum pudor em usar durante as campanhas eleitorais. É até um certo ponto um sistema político viciado a favor de quem está no poder.

Portanto, a violência está pré-programada no sistema político. A questão de fundo é que ela costuma sinalizar a ausência do político. Não é que a violência em si não possa ser um acto político. Pode, tem sido e, no caso de Moçambique, foi crucial para o alcance da independência, mas também para a abertura do sistema político e, quem sabe, para pôr termo à “fraude eleitoral”. O problema da violência é que ela se alimenta da transformação do debate político num instrumento de justificação da própria violência. É sintomático, por exemplo, que uma das características da violência pós-eleitoral tenha sido a ideia de que só a violência é que pode criar as condições de que o país precisa para recomeçar e ser melhor.

Isto funciona com recurso a três estratégias. A primeira consiste na rejeição da utilidade do diálogo com base na ideia segundo a qual o adversário político não seria de confiança e nunca conversaria de boa-fé. Parte desta ideia tem

sustento empírico, mas o principal motivo por detrás da sua colação é inviabilizar qualquer tentativa nesse sentido. O que reforça a inutilidade do diálogo é uma segunda estratégia que consiste na demonização do adversário. Assim, quem apoia o partido no poder descreve os seus adversários políticos como vândalos, criminosos e o seu líder – o candidato independente – como drogado e louco. Por último, a terceira estratégia consiste em meticulosamente documentar as atrocidades cometidas pelo outro lado como mais uma prova do pouco sentido que faria dialogar com gente assim. A lógica por detrás destas três estratégias é a da escalada, isto é a procura de mais uma, e mais uma razão para ver a violência como o único recurso.

É neste contexto que linguagem uma “revolucionária” se torna particularmente atractiva. Fazer política não é reformar. Fazer política é mudar radicalmente. Slógans como “este país é nosso!”, “salve Moçambique!”, etc. usadas pelos manifestantes em Moçambique constituem apelos a uma mudança radical que se justifica pela natureza diabólica dos que são vistos como adversários políticos. Não é uma linguagem que possa ser referida como de volta às grandes ideias que na História alimentaram revoluções. Embora venha directamente do período “revolucionário” da Frelimo, não é uma linguagem marxista, tanto mais que quem a usa tem uma certa inclinação por perspectivas de direita com forte teor evangélico.

Os textos que se seguem descrevem aspectos particulares da crise pós-eleitoral em Moçambique contexto histórico, impacto socio-económico, contradições jurídico-legais, questões de legitimidade e o papel dos movimentos sociais na mobilização digital. O objectivo não é apenas facultar uma perspectiva diferenciada e sólida do que a crise – e sobretudo a violência – tem sido em Moçambique. O objectivo é apresentar a anatomia da ausência do diálogo. Esta ausência significa também a ausência do político, portanto, a falta que fazem espaços de exercício de cidadania.